



BIANCA DO NASCIMENTO FRANCO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ATUAÇÃO DE
PEDAGOGAS E PEDAGOGOS: REFLEXÕES EM
DIÁLOGOS COM EDUCADORAS**

LAVRAS - MG

2021

BIANCA DO NASCIMENTO FRANCO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ATUAÇÃO DE
PEDAGOGAS E PEDAGOGOS: REFLEXÕES EM
DIÁLOGOS COM EDUCADORAS**

Trabalho apresentado à Universidade
Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Pedagogia para a
obtenção do título de Licenciada.

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Magalhães Alves
Orientadora

LAVRAS- MG

2021

BIANCA DO NASCIMENTO FRANCO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS E
PEDAGOGOS: REFLEXÕES EM DIÁLOGOS COM EDUCADORAS**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THE PERFORMANCE OF
PEDAGOGUES AND PEDAGOGOS: REFLECTIONS IN DIALOGUES WITH
EDUCATORS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do
curso de Pedagogia, para a obtenção do
título de Licenciada.

APROVADA EM 14 JUNHO DE 2021
Prof.^a: Dr. Aline Cristina de Lima Dantas
Prof.^a: Dr. Barbara Cristina Heitor Silva

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Magalhães Alves
Orientadora

**LAVRAS - MG
2021**

Primeiramente a Deus, que me iluminou e me deu força para seguir e a toda minha família que esteve comigo durante minha trajetória, em especial meu pai Vander Luiz Franco (In memoriam) que esteve presente no início da minha graduação, minha mãe e meu marido que sempre estiveram ao meu lado. Aos meus amigos e professores que marcaram minha trajetória durante minha graduação,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que iluminou o meu caminho durante toda essa trajetória. A todos aqueles de minha família, especialmente minha mãe Edna Aparecida do Nascimento Franco e ao meu esposo Plínio Carriço Rodrigues, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões.

Agradeço as minhas amigas que me ajudaram e me deram força para continuar seguindo a graduação.

Agradeço a todos os professores e professoras da minha graduação, agradeço pela paciência e por todos os ensinamentos, desde o início da graduação. À professora Jacqueline Magalhães Alves que me aceitou como orientanda e me ajudou durante a realização deste trabalho, agradeço por todos os seus ensinamentos, que foram de extrema importância para a realização deste trabalho e para o meu crescimento profissional.

*A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel.
Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para o mudar o mundo.*

Paulo Freire

RESUMO

No presente trabalho abordamos a Educação Ambiental na Educação Infantil. Definimos como nosso objetivo geral identificar e analisar experiências e desafios ao se trabalhar a Educação Ambiental no processo na Educação Infantil. Para desenvolver esse estudo, optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, composta de estudos teóricos e documental, e por entrevistas a partir de um questionário semiestruturado a três professoras atuantes nos municípios de Lavras e Ribeirão Vermelho, Minas Gerais. Para análise dos dados levantados, nos embasamos em pressupostos teóricos da Educação Ambiental *crítica*. Tendo em vista a relevância da temática nos cursos de formação docente, com este trabalho, buscou-se compreender as propostas de ensino sobre a Educação Ambiental, relacionando os documentos que regem a educação junto aos referenciais teóricos e as práticas pedagógicas relatadas nas entrevistas, contribuindo assim com as discussões sobre a Educação Ambiental na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente; Infância; Pedagogia.

ABSTRACT:

This work addresses Environmental Education in Early Childhood Education. Its objective is to identify and analyze the challenges when working with Environmental Education in the Early Childhood Education process of three teachers in the municipalities of Lavras and Ribeirão Vermelho. It is a qualitative research, consisting of interviews from a semi-structured questionnaire to three teachers and analysis of documents that govern Early Childhood Education in Brazil. The discussions are based on the theoretical assumptions of critical environmental education. Given the relevance of the theme in teacher training courses, this work seeks to understand the teaching proposals on Environmental Education, relating the documents that govern education with theoretical references and pedagogical practices reported in the interviews, contributing as well as the discussions on Environmental Education in Early Childhood Education.

KEYWORDS: Early Childhood; Environmental; Pedagogy.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1. Educação Ambiental: bases teóricas e metodológicas.....	12
2.2. Educação Ambiental: um breve panorama histórico.....	14
2.3. Concepção de Educação Infantil: o que pontuam os documentos curriculares.....	18
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	23
3.1. Análise das Entrevistas.....	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	
4.1. Sujeito educador e comunidade escolar.....	24
4.2. Rede pública e Rede privada: contrastes na educação brasileira.....	25
4.3. Prática Docente e Documentos de Referência.....	27
4.4. Pandemia COVID/2019 e suas implicações na prática pedagógica.....	28
4.5. Projeto Político Pedagógico.....	29
4.6. Visão sobre a temática:.....	30
4.7. Desafios.....	33
5. Considerações Finais.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXOS A – Roteiro semiestruturado.....	40

1. INTRODUÇÃO

O despertar para este trabalho se iniciou a partir de algumas vivências no curso de Pedagogia, tendo em vista a importância da temática Meio Ambiente nos processos da educação formal e não formal (BRASIL, 1999) e na sociedade em geral. Além disso, por seu caráter pertinente na atualidade brasileira, observa-se a necessidade de também contribuir com as discussões a respeito da Educação Ambiental em nível acadêmico, principalmente no âmbito da formação e atuação do profissional pedagogo.

Por volta dos anos de 1960, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, as discussões acerca do tema Meio Ambiente ganharam força. Já no Brasil, em específico no período de redemocratização, após 20 anos de ditadura militar, a partir da década de 1980, a temática vem sendo debatida e constituída como campo de pesquisa, dos movimentos sociais, dentre outros.

Assim, tais discussões tem sido destaque entre os líderes políticos no mundo todo, sob o olhar atento de grupos sociais e suas mobilizações. Políticas Públicas foram sendo desenvolvidas, pactos foram sendo feitos, fiscalizações mais rígidas e um esforço no desenvolvimento de um trabalho que contribua ao processo de conscientização vem sendo realizado. Alguns mais empenhados, outros não. Ainda assim, dentro desta complexa rede de relações que abrange a temática se fazem necessárias a reflexão e o estímulo e motivações à conscientização acerca da relação do ser humano com a natureza. Entende-se que discussões como esta são muito pertinentes, inclusive no âmbito escolar, ambiente este que possibilita diversificados trabalhos, dentre eles no desenvolvimento do conhecimento e do processo de consciência. E quanto a esses processos de Educação Ambiental, direcionados às crianças logo que começam a ter contato com a escola, considera-se ser um imensurável ganho no que diz respeito ao engajamento social e ambiental na sua formação cidadã.

Compreende-se que é a partir do contato da criança com a escola que ela começa a desenvolver mais a sua autonomia, interação, compreensão do que é viver em sociedade e suas responsabilidades. Sendo assim, faz-se necessário que haja uma introdução às vivências a respeito do Meio Ambiente e seus cuidados, dentre outras temáticas. E para que haja uma efetiva aprendizagem, é importante que se tenha suportes necessários às/aos profissionais da educação no desenvolvimento desta temática em específico.

Deste modo, por meio dessa pesquisa buscamos identificar e analisar desafios ao trabalhar a Educação Ambiental no processo da Educação Infantil, tendo em vista os pressupostos da Educação Ambiental.

Nesta perspectiva, definimos como objetivo geral, analisar a importância e experiências acerca da temática transversal Meio Ambiente para a Educação Infantil.

Como objetivos específicos, analisamos o panorama histórico referente à Educação Ambiental no mundo e no Brasil; compreendemos a Educação Infantil a partir dos documentos mais recentes que regem a Educação Infantil Brasileira – Referencial Curricular da Educação Infantil - RCEI e Base Nacional Comum Curricular - BNCC; analisamos a Educação Ambiental e suas tendências; analisamos a prática pedagógica apresentada nas entrevistas; analisamos e refletimos sobre potenciais e desafios que a prática pedagógica apresenta para se buscar trabalhar pelo viés da Educação Ambiental.

Desta forma, a presente pesquisa torna-se relevante por se tratar de pensar o desenvolvimento integral da criança e relações e cuidados no e com o ambiente, bem como por ser uma temática sempre presente em discussões nas mais diversas esferas sociais e pela necessidade de um olhar mais atencioso dentro do ambiente escolar, não só das instituições de ensino, mas sim dos Ministérios, das Secretarias de Educação, entre outros, para que haja políticas públicas que sejam mais eficientes e pertinentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente trabalho buscamos elencar concepções de Educação Ambiental a partir de teóricos brasileiros como Carlos Frederico Bernardo Loureiro e Mauro Guimarães para desenvolver as análises e discussões sobre a prática docente e seus desafios em três entrevistas realizadas com professoras da Educação Infantil. Para compreender de forma mais abrangente a Educação Ambiental, Cristiane Magalhães Bissaco e Isabel Cristina Moura Carvalho complementam o arcabouço teórico.

Por se tratar de um trabalho na área da Educação e de viés emancipatório e crítico, optamos por trazer referenciais da Pedagogia Histórico Crítica e da Educação Emancipatória, como Saviani, Libâneo e Paulo Freire.

Além disso, para complementar o Referencial Teórico, buscamos em “Armadilhas paradigmáticas na educação ambiental: análise em PPP’s de escolas públicas do ensino médio de uma cidade do interior de Minas Gerais”, de Monica Naves Barcelos, compreender, no contexto das escolas públicas, como é trabalhada a Educação Ambiental e a relação destas práticas com os respectivos Projetos Político-Pedagógicos - PPP, documentos importantíssimos tanto para as análises quanto para discussões das entrevistas.

2.1. Educação Ambiental: bases teóricas e metodológicas

A Educação Ambiental surge no âmago da necessidade social em se repensar aspectos correlacionados entre o ser humano, a sociedade e o meio ambiente, e apresenta diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. A perspectiva denominada crítica tem por base epistemológica estudos realizados por Marx e Engels a respeito das transformações sociais que as relações de trabalho sofreram com a ascensão do modelo capitalista de produção. Assim, nessa abordagem, preza-se por analisar e refletir sobre os fatos a partir do viés material, social e histórico. Loureiro, um dos mais importantes teóricos brasileiros a respeito da Educação Ambiental Crítica no Brasil aponta que

A dialética em Marx é um método que, além de ser um instrumento de entendimento, pesquisa e ação na realidade, é uma visão de natureza, de mundo, de sociedade e de ser humano. Nele, não há separação possível do ser humano da natureza, pois, diferentemente de qualquer posição idealista, não comporta dualismos ou teologia, afirmando a unidade complexa, auto-organizada e dinâmica da natureza. O seu cerne é a explicação do movimento natural, da transformação das “coisas” e de nossa ação ativa nesse processo. (LOUREIRO *apud* GUIMARÃES, 2020, p.71)

Podemos constatar que o método dialético do qual a EA crítica é proveniente é integrador e abrangente para com as questões da sociedade, permitindo e desencadeando reflexões diversas ao mesmo tempo que não se limitam, não se encerram. Por meio da crítica, é possível realizar reflexões acerca do mundo que nos rodeia e, partir daí para realizar mudanças e alterações de forma consciente. Loureiro destaca que a dialética “É o método que busca o concreto, o como produzimos a existência, o como transformamos e somos transformados na natureza” (LOUREIRO *apud* GUIMARÃES, 2020, p. 71).

No Brasil, grandes reflexões sobre a Educação Ambiental em nível nacional e, portanto, com foco nas questões brasileiras vem sendo realizadas. Uma das questões levantadas na perspectiva da Educação Ambiental diz respeito aos sujeitos que compõem o processo educativo. Pensando nesses sujeitos atuantes, atores-sociais tanto dentro quanto fora de sala de aula, Mauro Guimarães pontua que

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causa e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma educação política. (GUIMARÃES, 2000, p.17)

Deste modo, pela Educação Ambiental, buscam-se formas outras de transformação social, de compreender, de construir conhecimento, de se contemplar segmentos sociais ao mesmo tempo que se articula com o todo social. Dentro da sociedade, os agentes sociais são tidos como sujeitos capazes de realizar transformação social de forma refletiva, atuante, participativa e capaz de modificar a realidade. Assim, a Educação Ambiental Crítica se apresenta como uma oportunidade em se pensar profunda e radicalmente a realidade e de busca ativa em prol de transformá-la.

2.2. Educação Ambiental: um breve panorama histórico

Para compreender o que é a Educação Ambiental, se faz necessário, primeiramente, definir o que se entende por meio ambiente. Para alguns autores, como Tereza Emídio,

O meio ambiente concebido, inicialmente, como as condições físicas e químicas, juntamente com os ecossistemas do mundo natural, e que constitui o habitat do homem, também é, por outro lado, uma realidade com dimensão do tempo e espaço. Essa realidade pode ser tanto histórica (do ponto de vista do processo de transformação dos aspectos estruturais e naturais desse meio pelo próprio homem, por causa de suas atividades), como social (na medida em que o homem vive e se organiza em sociedade, produzindo bens e serviços destinados a atender “às necessidades e sobrevivência de sua espécie”). (EMÍDIO, 2006, p. 127)

Deste modo, é possível conceber o conceito de meio ambiente para além dos símbolos mais comuns, como o verde das florestas tropicais e a presença de animais silvestres. O meio ambiente se faz presente na existência humana ao mesmo tempo que compreende um significado histórico e social, sendo passível de modificações tanto físicas quanto de significação por parte dos seres humanos que, por sua vez, do meio ambiente dependem para a própria sobrevivência.

Arthur Migliari Junior destaca o caráter multifacetado do conceito de meio ambiente, bem como a integração e a interação dos integrantes com vistas ao equilíbrio e manutenção do sistema. Desta forma, Migliari compreende o meio ambiente como a

integração e a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais, culturais e do trabalho que propiciem o desenvolvimento equilibrado de todas as formas, sem exceções. Logo, não haverá um ambiente sadio quando não se elevar, ao mais alto grau de excelência, a qualidade da integração e da interação desse conjunto. (MIGLIARI, 2001, p. 40)

Deste modo, autoras e autores contribuem para ampliar a noção do meio ambiente, destacando a importância do mesmo como premissa básica à vida. Além disso, destacam a necessidade de um desenvolvimento equilibrado para que haja possibilidade de manutenção das formas de vida em todos os aspectos.

Já o sistema jurídico brasileiro, de acordo com a Lei 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e infra-estrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981, p. 01).

No sistema jurídico brasileiro se define de uma maneira mais ampla o conceito de Meio Ambiente, como as coisas naturais ou não, mas que estão diretamente relacionadas com as ações humanas e que o afetam diretamente. E como as ações dos seres humanos, principalmente homens (GRUN, 1996), tem afetado drasticamente o Meio Ambiente, líderes mundiais começaram a se reunir e a criar políticas e ações para um desenvolvimento sustentável, pensando-se na sobrevivência das gerações futuras e de todas as espécies.

Em 1972, na chamada Conferência de Estocolmo, foi criado o tratado denominado “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, considerado o marco inicial de uma agenda ambiental em nível mundial. Nele, os primeiros passos rumo ao direito ambiental internacional e à sustentabilidade foram dados com o intuito de inserir pautas ecológicas nas discussões governamentais. Os representantes reconheceram também a necessidade de uma aprendizagem permanente para que fossem criadas ações de respeito e preservação da natureza.

A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira. (BRASIL, 2005 p. 58)

E ainda, se afirma que

A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos. (BRASIL, 2005, p. 59)

Neste documento, começaram a tratar o tema “Educação Ambiental”, a fim de que todos desenvolvessem uma consciência ética de que estamos compartilhando o planeta com outras formas de vida e que nossas ações precisam ter limites.

Já em nível nacional, a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” - RIO 92 – e/ou - ECO 92 – representa um marco nas discussões relacionadas ao meio ambiente. “A partir da Eco-92, o conceito de desenvolvimento sustentável foi ampliado e passou a englobar o respeito ao Meio Ambiente e ao Homem,

não tirando deste a responsabilidade pela preservação dos recursos naturais” (PEREIRA, 2017, p. 45).

A partir dos encontros e tratados sobre meio ambiente, dos quais o Brasil se tornou signatário, políticas públicas foram criadas para efetivar as disposições. Um grande marco no âmbito da educação brasileira, em 1997, foi a inclusão da temática “Meio Ambiente” como tema transversal no chamado Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, um dos documentos de referência dos conteúdos curriculares da Educação Básica até aquele momento. Logo, na sua apresentação, é reforçado que

são grandes os desafios a enfrentar quando se procura direcionar as ações para a melhoria das condições de vida no mundo. Um deles é relativo à mudança de atitudes na interação com o patrimônio básico para a vida humana: o meio ambiente” (BRASIL, 1997, p. 169).

Nesse documento são trazidas considerações muito importantes, no que tange ao processo ensino-aprendizagem e seus desafios:

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola. (BRASIL, 1997, p. 187)

Nesse mesmo documento, destaca-se que:

Todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para tanto. (BRASIL, 1997b, p. 17)

Desta forma, percebe-se a adaptação do currículo escolar em sintonia com políticas públicas, tendo em vista a necessidade de abordar de forma contundente a temática Meio Ambiente, ainda que de forma tímida e inserida em disciplinas tradicionais. No âmbito da Educação Ambiental, o PCN – Temas Transversais *Meio*

Ambiente representa um marco pois assegura a autonomia de professores e das escolas em se trabalhar conteúdos relacionados ao meio ambiente na Escola, em seu entorno e em sala de aula. Como pontuado no documento, a educação é premissa básica para acesso ao conhecimento e desenvolvimento de uma sociedade mais consciente a respeito do uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, a educação e a difusão do conhecimento devem estar alinhadas a outras políticas e iniciativas governamentais para juntos, de fato, serem realizadas transformações sociais.

Em 1999 foi instituída a Lei nº 9.795 - Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. Em seus artigos 2º e 3º verificamos que se trata da necessidade da existência da educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, bem como assegura a todos esse direito.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999)

Além desta lei, em 2002, pelo Decreto nº 4.281, se regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental, criando o órgão gestor, constituído pela Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e pelos setores correspondentes do Ministério do Meio Ambiente/Ibama. Este órgão gestor determina que todos os níveis de ensino deverão ser contemplados com a Educação Ambiental e a integração desta temática às disciplinas deve acontecer de modo transversal, contínuo e permanente. E ainda cita como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares. Dois anos depois, em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad, no Ministério da Educação, e a incorporação da Coordenação Geral de Educação Ambiental por esta secretaria.

Percebe-se então que, à medida que órgãos e setores foram criados na busca por atender uma agenda eco-cidadã, a temática meio ambiente também passou a ser incorporada a setores e documentos que regem a educação brasileira. Porém, o caminho que se percorre até chegar, efetivamente, ao conhecimento de professores e ser desenvolvido com os estudantes não tem sido bem-sucedido como se esperava.

Ainda sobre as políticas públicas e o ensino, em 2017 foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento orientador da Educação Básica no Brasil. Este é o mais recente documento que aborda, entre outras coisas, a Educação

Ambiental. Na BNCC fica estabelecido que, na organização curricular das escolas, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, haja

o incentivo à proposição e adoção de alternativas individuais e coletivas, ancoradas na aplicação do conhecimento científico, que concorram para a sustentabilidade socioambiental. Assim, busca-se promover e incentivar uma convivência em maior sintonia com o meio ambiente, por meio do uso inteligente e responsável dos recursos naturais para que estes se recomponham no presente e se mantenham no futuro. (BRASIL, 2017, p. 279).

Percebe-se que neste documento, voltado para a educação, há uma ênfase maior no trabalho com a sustentabilidade, relacionada como o meio ambiente e uso de seus recursos naturais. Em conformidade com algumas leis e documentos mencionados, a BNCC caminha para colaborar e evidenciar a importância de uma formação pautada no respeito e preservação do Meio Ambiente, para além do ensino formal. Com essa proposta se busca proporcionar uma formação consciente para construção de uma responsabilidade social, desde a educação básica.

2.3. Concepção de Educação Infantil: o que pontuam os documentos curriculares

Antes de investigarmos os desafios que se inserem no contexto da Educação Infantil relativos à Educação Ambiental, se faz necessária uma breve explanação sobre o que os documentos de referência pontuam e definem como Educação Infantil, entre outras informações, para construirmos um panorama da temática.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/EN, Lei nº 9.394/96 em seu artigo 30, a Educação Infantil é definida como a “educação oferecida pelos Municípios às crianças (de 0 a 05 anos), sendo (de 0 a 03) atendidas em creches e as (de 04 e 05 anos) nas pré-escolas, trata-se de uma educação gratuita e obrigatória” (BRASIL, 1996).

Pela resolução CNE/CEB nº. 5, de 17 de dezembro de 2009, sobre a educação infantil e sobre a criança, se acrescenta que

as creches e pré-escolas se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados

e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, Art. 5º, CNE, 2009).

Destaca-se que, nesse documento, está expresso que a criança deve ser o foco do planejamento do currículo, pois ela é considerada como

sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivência, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, Art. 4º, CNE, 2009).

Neste sentido, no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, de 1998, se pontua que

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem (BRASIL, 1998, p.21).

Por esse motivo, a criança desde pequena deve ser sensibilizada na compreensão do mundo em que está inserida, sendo exposta às situações que possibilitem interagir com o meio que as circunda, de forma saudável e segura. Deste modo, as questões relacionadas ao Meio Ambiente podem ser apresentadas, como ressalta Bissaco:

A criança pode e deve ser exposta às sensibilizações e problematizações ambientais no contexto escolar desde os primeiros anos. Isto é, desde o desenvolvimento de sua linguagem oral ela é capaz de participar em assembleias e manifestar os valores que atribui a fatos e ideias. (BISSACO, 2016, p. 140)

O trabalho de educar é, acima de tudo, tornar o indivíduo mais humano, como pontua Saviani:

o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1997, p.17)

Os documentos analisados até então datam dos anos de 1990, e como pode ser constatado, já caminhavam no sentido de proporcionar e validar práticas que permitiam que a criança, já concebida como sujeito histórico, interagisse com o mundo e com os demais de forma subjetiva, respeitando as diferenças e singularidades intrínsecas à etapa de formação, como é no momento da Educação Infantil.

Já pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, se amplia ainda mais a importância da Educação Infantil, segue colocando a criança como foco no processo educativo e propõe uma abordagem curricular “que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo” (BRASIL, 2017, p.32)

A concepção atual da Educação Infantil, com foco na formação do sujeito como protagonista desde a Educação Infantil, nos faz refletir sobre os desafios que são impostos na prática em sala de aula. Deste modo, na BNCC apresenta-se que

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir **intencionalidade educativa** às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. (BRASIL, 2017, p. 34).

Desta forma, compreende-se que há a necessidade de que a criança seja inserida no ambiente escolar, sejam eles as creches ou pré-escolas, com o intuito de proporcionar vivências e experiências significativas já na infância. Este ambiente, por sua vez, será assistido por educadoras e educadores, consideradas/os como “profundo conhecedor da criança e de seu desenvolvimento” (BISSOLI, 2005), pois o que se espera é que sejam capazes de colaborar para o crescimento pessoal como um todo, como pontua Libâneo (2004):

A escola existe para formar sujeitos preparados para sobreviver nesta sociedade e, para isso, precisam da ciência, da cultura, da arte, precisam saber coisas, saber resolver dilemas, ter autonomia e responsabilidade, saber dos seus direitos e deveres, construir sua dignidade humana, ter uma auto-imagem positiva, desenvolver capacidades cognitivas para se apropriar criticamente dos benefícios da ciência e da tecnologia em favor do seu trabalho, da sua vida cotidiana, do seu crescimento pessoal. (LIBÂNEO, 2004a, p.21).

Como já apontado, a BNCC hoje é um dos documentos normativos mais novos e importantes no que se refere a Educação Infantil no Brasil. Ela propõe que na primeira etapa da Educação Básica, seis (6) “**direitos de aprendizagem e desenvolvimento**” (BRASIL, 2017, p.5) sejam considerados em práticas educativas. São eles: conviver brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Portanto, ao se trabalhar qualquer conteúdo dentro da Educação Infantil, na BNCC está orientado que a prática deve ser pensada e planejada pelas educadoras e pelos educadores, levando em consideração os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, pois, de acordo com a BNCC, esses

seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL, 2017, p.33)

Deste modo, após se elencar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, na BNCC são propostos os Campos de Experiência, que são definidos como “um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p. 33).

Os Campos de Experiência são cinco, definidos como “**O eu, o outro e o nós**”, “**Corpo, gestos e movimentos**”, “**Traços, sons, cores e formas**”, “**Escuta, fala, pensamento e imaginação**” e “**Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações**” (BRASIL, 2017). Podemos compreender que tais campos se associam e permitem que as vivências na Educação Infantil promovam conhecimento e experiências, ao mesmo tempo em que possibilitam que as crianças aprendam e se desenvolvem em múltiplos aspectos. Os cinco (5) Campos de Experiência se articulam, em menor ou maior grau, quando pensamos também a Educação Ambiental, pois eles contemplam possibilidades de trabalho com a realidade que cerca a criança. Dentre os cinco (5) Campos de Experiência, o último, “**Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações**” converge em demasia quando pensamos a Educação Ambiental, pois destaca as experiências relacionadas ao contexto espacial, do entorno e do ambiente em que a criança se insere.

Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) (BRASIL, 2017, 38-39)

Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, foram propostos os Temas Transversais, destacando-se dentre eles o trabalho com a temática Meio Ambiente, e por isso está incluso também como documento de referência no presente trabalho, buscando enriquecer a discussão visto que, por possuir tal temática de forma explícita e elucidativa, os PCN são sempre lembrados no contexto da Educação Ambiental. Além disso, profissionais pedagogas e pedagogos atuam também nos primeiros anos no ensino fundamental, o que reforça a importância de se conhecer, discutir e analisar os PCN e os Temas Transversais. Cristiane Magalhães Bissaco é pesquisadora sobre a Educação Ambiental – EA - na Educação Infantil e menciona a importância do documento que naquele momento consolidou uma política pública nacional, voltada para a educação, pois por meio desse documento “estava se constituindo um corpo metodológico bastante estruturado em relação a EA” (BISSACO, 2016, p.141). Além disso, a autora segue destacando

que a EA não é tarefa exclusiva do Ensino Fundamental e Médio, cabendo esse trabalho também à Educação Infantil. As discussões possibilitadas por essa prática devem ter início desde a mais tenra idade, decorrendo daí a fundamental ideia de que a criança seja envolvida numa prática educativa sobre a temática ambiental. (BISSACO, 2016, p.131)

Todavia, não cabe somente aos documentos de referência a responsabilidade sobre a Educação Infantil e a Educação Ambiental. É uma questão bem mais complexa, pois engloba inúmeras questões relacionadas à educação no Brasil, como a qualidade e a formação continuada com os profissionais da educação e estruturas das instituições de ensino, por exemplo. Assim, a forma como são abordados e trabalhados os conteúdos irá interferir de forma significativa sobre o conhecimento em construção. Desta forma, adiante apontaremos o viés da Educação Ambiental Crítica como uma possibilidade de trabalho para superar algumas dicotomias e lacunas, quando pensamos na educação como meio de formação e transformação social.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho consistiu de uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio da qual analisamos documentos oficiais que regem a Educação Infantil, que compõem a Educação Básica, como mais um subsídio ao Estudo de Caso composto por três entrevistas a professoras atuantes nos municípios de Lavras e Ribeirão Vermelho, Minas Gerais. Pela análise dos documentos buscamos compreender as propostas teóricas de ensino da Educação Ambiental. E pelas entrevistas, buscamos relacionar os documentos junto aos estudos teóricos e à prática docente.

Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas com perguntas que possibilitassem compreender melhor como ocorre a Educação Ambiental na Educação Infantil. Ao elaborar as questões, pretendemos investigar concepções, percepções e vivências a respeito da Educação Ambiental, a partir do diálogo com as professoras entrevistadas. Deste modo, um questionário semiestruturado foi elaborado com o intuito de possibilitar uma fala focada na prática de ensino realizada pelas professoras, ao mesmo tempo que buscamos conhecer as profissionais, a comunidade escolar respectiva de cada uma, o contexto de ensino e, desta forma, colher respostas espontâneas e genuínas. Devido às restrições no decorrer do ano de 2020, as entrevistas foram realizadas com auxílio de recursos virtuais, com a gravação de áudios e escrita digital.

Deste modo, com documentos oficiais e as entrevistas, buscou-se mapear desafios que a Educação Ambiental, no contexto de Educação Infantil, enfrenta e analisá-los frente aos pressupostos da Educação Ambiental Crítica. Além disso, por meio de um recorte da prática docente, explorar e compreender se e como está acontecendo a Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil de professoras do Sul de Minas Gerais, atuantes em Lavras e Ribeirão Vermelho.

3.1. Análise das Entrevistas

Para compor o material de análise, foram realizadas três entrevistas com diferentes professoras da Educação Infantil. São elas Maria, Sara e Luana. Todas

possuem formação em Pedagogia e mais de nove anos de trabalho com a Educação Infantil.

O relato das professoras atuantes na Educação Infantil nos permite compreender as vicissitudes que envolvem a educação ambiental no ambiente escolar, em específico na educação infantil.

Seguiremos analisando as entrevistas por categorias e temáticas, pois assim conseguiremos aprofundar conhecimentos a respeito da prática pedagógica das professoras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Sujeito educador e comunidade escolar

Uma das questões levantadas, na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, diz respeito aos sujeitos que compõem o processo educativo. Pensando no professor como sujeito atuante, temos no relato de Maria a definição de como e por quem é realizada a educação ambiental:

Fazemos projetos com as crianças, e professores e equipe da escola.

A professora Maria destaca que o trabalho com o meio ambiente é realizado de forma extensiva ao longo do ano, com maior ênfase em datas comemorativas, como no mês de junho, uma vez que no dia 5 deste mês é celebrado o dia do meio ambiente:

É um tema que nós trabalhamos o ano todo, no dia a dia.

E acrescenta:

Principalmente no mês de Junho, dia do meio ambiente.

Este posicionamento demonstra o envolvimento da comunidade escolar para com a temática meio ambiente. Este engajamento de sujeitos no âmbito coletivo vai ao encontro da Educação Ambiental Crítica. Como aponta Loureiro, “Não nos educamos abstratamente, mas na atividade humana coletiva, mediada pelo mundo (natureza), com sujeitos localizados histórica e espacialmente” (LOUREIRO, 2003, p. 41).

Assim, ao demonstrar que a comunidade escolar caminha junto em prol de possibilitar a educação ambiental, a professora Maria promove uma educação ambiental crítica, além de contemplar o que os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – Temas Transversais – Meio Ambiente, nos quais se pontua que

É desejável a comunidade escolar refletir conjuntamente sobre o trabalho com o tema Meio Ambiente, sobre os objetivos que se pretende atingir e sobre as formas de conseguir isso, esclarecendo o

papel de cada um nessa tarefa. O convívio escolar é decisivo na aprendizagem de valores sociais e o ambiente escolar é o espaço de atuação mais imediato para os alunos. (BRASIL, 1998, p.191)

Como já mencionado, o sujeito-educador é peça fundamental quando pensamos a Educação Ambiental Crítica. Desta forma, quando questionada sobre os sujeitos participantes na Educação Ambiental na escola, a professora Sara declara:

Tem iniciativas por parte dos professores, mas não é o foco.

Desta forma, percebemos que há iniciativa dos professores em se trabalhar a temática. No entanto, a Educação Ambiental Crítica requer uma integração e uma sensibilidade para com a questão ambiental que advém de um trabalho reflexivo, e isto só é possível com um envolvimento maior dos sujeitos sociais.

Já a professora Luana, quando questionada sobre o apoio no trabalho com a Educação Ambiental, responde:

Sim, de todos envolvidos na escola, como: pais, direção, apoio pedagógico e comunidade escolar.

O relato demonstra engajamento social para com a Educação Ambiental, tanto na comunidade escolar quanto junto da família, de modo que podemos perceber uma relação rica entre escola e comunidade, desde os anos iniciais, no processo educativo. Nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, de 2018, consta que os sujeitos sociais envolvidos no processo educativo “devem estabelecer relações harmoniosas e pautadas no respeito mútuo e na valorização da identidade de cada agrupamento familiar e da criança” (BRASIL, 2018).

De acordo com o relato, a prática da professora Luana parece estar fortalecida, de modo que toda a comunidade escolar é participante, inclusive por meio do “apoio pedagógico”, instância esta primordial para o sucesso de práticas no meio escolar. Este posicionamento é fundamental para a efetividade da Educação Ambiental, como destaca Loureiro

Para a educação ambiental crítica, conseqüentemente, a prática escolar exige o conhecimento da posição ocupada por educandos na estrutura econômica, da dinâmica da instituição escolar e suas regras e da especificidade cultural do grupo social com o qual se trabalha. (LOUREIRO, 2007, p. 67)

4.2. Rede pública e Rede privada: contrastes na educação brasileira

Em determinado momento, a professora Maria destaca pontos positivos nas redes públicas e/ou privadas, quanto a sua prática. Ela aponta:

Experiência que destaco em trabalhar na rede pública, é o contato direto com o processo ensino aprendizagem, acompanhando as crianças, e outros profissionais da educação.

Quando questionada sobre pontos positivos nas redes públicas e/ou privadas, a professora Sara destaca:

Nos dias de hoje, tanto as escolas públicas quanto as privadas, percebo que tem interesse na aprendizagem dos alunos, se dedicam muito. Na privada a cobrança da aprendizagem é bem maior, pois estão pagando e exigem muito em todos os aspectos.

É possível perceber que em ambos os espaços, a temática é trabalhada com dedicação pela professora e bem recebida pelos estudantes, que demonstram “interesse”. No entanto, no ambiente particular de ensino, de acordo com a professora, há uma exigência maior por parte dos pais e responsáveis, por estarem “pagando”. É importante acrescentar que grupos sociais diversos atribuem sentidos diferentes ao conceito de educação e, neste caso, a educação é vista como investimento financeiro, e a cobrança por aprendizagem é notória.

Esta “cobrança da aprendizagem” condiz com valores da educação conteudista e com o que Paulo Freire define como “educação bancária” (FREIRE, 1987), em que os educandos são vistos como vazios e o conhecimento visto como conteúdo a ser depositado em mentes pelo professor. Esta educação pressupõe também sujeitos acríticos e uma aprendizagem baseada em transmissão de saberes, impossibilitando a reflexão e problematizações, sendo estas duas últimas tão frisadas quando nos voltamos para a Educação Ambiental Crítica.

O relato permite perceber, assim, uma dicotomia entre o público e o privado, assim como da desigualdade social brasileira que se manifesta também na educação brasileira. Desta forma, a Educação Ambiental Crítica se apresenta como uma possibilidade de superação de tais dicotomias e caminho importante rumo a superação das desigualdades sociais.

Quando questionada sobre sua experiência nas redes pública e privada, a professora Luana trata de enumerar em quais escolas atua ou já atuou, assim como cargos já exercidos e em quais municípios atuou, sem demais detalhes de como ela desenvolveu e/ou desenvolve as práticas e trabalhos nos diferentes ambientes.

4.3. Prática Docente e Documentos de Referência

A professora Maria, em determinado momento da entrevista, enfatiza seu intuito em aperfeiçoar a prática docente tendo em vista novos documentos curriculares e que regulamentam os conteúdos em sala de aula:

Poder alinhar todos os conhecimentos teóricos de cursos a prática pedagógica em sala de aula. Também poder acompanhar de perto as mudanças de propostas de ensino, assim como alinhar os trabalhos a nova base nacional.

Desta forma, observamos que a professora, como sujeito social, está bem atenta em resoluções e documentos que respaldam sua prática em sala de aula, inclusive em relação a nova BNCC. É importante destacar, neste íterim, que a prática pedagógica proposta pela Educação Ambiental Crítica não deve ser desvinculada dos documentos de orientação, pelo contrário. A Educação Ambiental Crítica deve ser inserida no processo de formação de professoras e professores e proporcionar ao sujeito educador um olhar crítico para com o próprio objeto de ensino, bem como acerca da prática, acerca dos documentos legais, acerca das condições físicas e metodológicas e, assim, refletir, modificar e contribuir com a transformação social. Como aponta Loureiro,

Educar para emancipar é reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especificidades. A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando a superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade contemporânea. (LOUREIRO, 2003, p. 42)

Já com relação aos documentos de referência da Educação Infantil e a relação destes com o processo educativo, com os direitos das crianças e o conhecimento acerca do meio ambiente, a professora Sara responde que o objetivo deste tipo de processo ensino-aprendizagem é:

Formar cidadãos conscientes em preservar e cuidar do meio ambiente, cidadãos aptos a decidir e atuar na realidade sócio ambiental. A relação da criança com o meio ambiente se dá na prática, olhar, toque que a criança entende sua relação com o meio ambiente, a importância de cuidá-la.

Percebe-se no relato da professora que sua prática docente é sensível para com os Direitos de Aprendizagem – conviver, explorar, participar, expressar, conhecer-se –

(BNCC, 2017), no que se refere a Educação Infantil. O “olhar”, o “toque” e “a relação da criança com o meio ambiente se dá na prática” e são exemplos da percepção que a professora possui e, por sua vez, convergem com os principais documentos que orientam sobre tal ciclo de aprendizagem.

Além disso, há menção à formação de “cidadãos aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental” desde a Educação Infantil. Loureiro reforça a importância da vivência que a prática pedagógica possibilita, mediada pela professora e ou pelo professor.

Para tanto é desejável a criação, por nós educadores, de um ambiente educativo que propicie a oportunidade de conhecer, sentir, experimentar; ou seja, vivenciar aspectos outros aos que predominam na constituição da atual realidade socioambiental. Isso poderá potencializar uma prática diferenciada que, pelo incentivo à ação cidadã em sua dimensão política, repercute em novas práticas sociais voltadas para a sustentabilidade socioambiental. (LOUREIRO, 2007 p. 91)

Mais uma vez observa-se a proposta de “formação consciente” desde a primeira infância, temática presente nesta discussão.

Já a professora Luana, quando questionada sobre sua percepção a respeito dos documentos de referência da Educação Infantil e a Educação Ambiental, diz estar informada e pontua:

Segundo a BNCC, a Educação ambiental deve estar inserida em todos os campos específicos. Um desses campos é o “espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, que tem tudo a ver com o assunto do meio ambiente.

Este relato demonstra que a professora possui grande afinidade com a temática e domínio do conteúdo presente na BNCC. Isso se deve, entre outras razões, pela vasta experiência profissional, até porque ela é atuante na Educação desde 1993.

4.4. Pandemia COVID/2019 e suas implicações na prática pedagógica

A professora Maria pontua sobre o contexto de pandemia:

Agora né, em período de pandemia inovar e nos adequar a novas experiências como ensino remoto.

Pensando o contexto de pandemia, distanciamento social e quase total inatividade do espaço físico escolar e troca do mesmo pelo espaço virtual de ensino, podemos refletir assim que, a prática que acontecia “de perto”, agora é mediada pela tecnologia, incluindo o uso de notebooks, celulares, entre outros dispositivos móveis e a necessidade de acesso à internet. Deste modo, a professora destaca a necessidade de adequar sua prática pedagógica às condições atuais, que estão submetidas ao contexto adverso, devido à pandemia.

As demais professoras, Sara e Luana, não mencionaram o contexto de ensino na pandemia.

4.5. Projeto Político Pedagógico

A professora Maria não faz nenhuma observação a respeito do Projeto Político Pedagógico.

Com relação ao conhecimento e acesso ao Projeto Político Pedagógico, a professora Sara responde que conhece e tem acesso. Quando questionada sobre a relação desse documento com a Educação Ambiental, a professora é breve:

Sim. Estamos nos inteirando desse tema transversal que é o meio ambiente.

Já a professora Luana, dentre as três professoras, é a que mais detalha o Projeto Político-Pedagógico - PPP - da escola em que atua. Quando perguntada se conhece o PPP e sobre a relação entre o documento, a prática pedagógica e a Educação Ambiental, ela responde:

Sim. O nosso PPP foi elaborado e revisado pela equipe de professores e equipe pedagógica. É abordado de maneira parcial, em algumas partes, cabe ao professor inserir os conteúdos em suas práticas e nas suas rotinas.

Loureiro (2007) enfatiza que, para adentrar na escola, a Educação Ambiental Crítica precisa ser debatida em todas as esferas sociais e escolares e aponta o diálogo como forma eficiente de tratar a temática. Segundo ele, é quando “a perspectiva ambiental passa a fazer parte ativa dos projetos político-pedagógicos (PPP)” (LOUREIRO, 2007) que teremos os resultados efetivos da Educação Ambiental no cerne do ensino brasileiro, a escola. Assim, o documento “elaborado” e “revisado” pelos sujeitos que compõem “equipe de professores” e “equipe pedagógica” demonstram que

tal documento está em constante construção e transformação, e pressupõe, assim, uma atenção para com as demandas sociais, que mudam ao longo do tempo.

Neste relato, percebe-se também a interação entre “equipe pedagógica” e “professor” na construção do PPP escolar. Ao pontuar o “parcial” e “em algumas partes”, subentende-se que o professor detém certa autonomia na sua prática pedagógica, e de como a prática não fica limitada somente ao Projeto ou documento específico.

A importância do PPP nas práticas pedagógicas no contexto da Educação Ambiental, em diferentes anos da Educação Básica, é objeto de inúmeros estudos, dentre eles o intitulado “Armadilhas Paradigmáticas na Educação Ambiental: Análise em PPP de Escolas Públicas do Ensino Médio de uma Cidade do Interior de Minas”, de 2015. De acordo com a autora, Mônica N. Barcelos,

O PPP escolar é um documento elaborado por sujeitos, em um dado contexto espacial e temporal, que deve mobilizar toda a equipe pedagógica. Deve-se apresentar como um documento de referência educacional da escola e da realidade local. Isso possibilita a aquisição de competências para os tempos atuais, caracterizados pela crise ambiental. (BARCELOS, 2015, p. 21)

Assim, o PPP, dentre tantos outros documentos de subsídio à prática educativa, é, no contexto da Educação Ambiental Crítica, um dos documentos mais importantes para legitimar e respaldar as práticas pedagógicas de professores e de escolas que buscam, de fato, transformar a realidade por meio da educação.

4.6. Visão sobre a temática Ambiente e Infância

Quando questionada sobre a própria percepção e sobre a importância em se trabalhar esse tema - Educação Ambiental – na Educação Infantil, a professora Sara afirma que:

É muito importante trabalhar o tema meio ambiente desde a educação infantil, pois a criança vai enfatizando as mudanças de atitudes, para com a natureza e a sociedade. Não podemos trabalhar somente nas datas comemorativas, podemos perpassar esse tema em todas as disciplinas.

Observamos que a professora possui compromisso em trabalhar a Educação Ambiental e compreende que é preciso tratar a temática para além das datas comemorativas. Segundo Costa e Loureiro (2015), “a sociedade como um todo e o modelo de racionalidade nela instituída estão alicerçados por modelos de uma

fragmentação constituída historicamente”. Na educação estes valores estão presentes e contribuindo com a fragmentação do conhecimento, como no caso das datas comemorativas, por exemplo. Portanto, por meio da Educação Ambiental Crítica é possível se pensar formas de compreender a realidade e o conhecimento de forma mais abrangente, rompendo com a fragmentação presente nos processos de ensino-aprendizagem.

Quando questionada a respeito de sua prática na Educação Ambiental na escola, a professora diz que:

A Educação Ambiental é um processo que visa formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente. Sem dúvida alguma deveria ser uma disciplina obrigatória nas escolas para se sensibilizarem e conscientizarem.

Como já mencionado, o trabalho com Meio Ambiente, de acordo com os Parâmetros Curriculares – Temas Transversais – Meio Ambiente, deve atravessar disciplinas e, portanto, não deve ser abordado de uma forma isolada dentro de uma disciplina específica. No entanto, tal fato não minimiza a importância do trabalho com Meio Ambiente. No relato, surgem os conceitos de “sensibilizar” e “conscientizar”, ambos muito recorrentes nos discursos relacionados à Educação Ambiental. Loureiro reflete que

É muito comum se afirmar que o objetivo da educação ambiental é conscientizar alunos e comunidades. Ora, e o que é conscientizar? É um conceito com muitos significados, mas normalmente quando as pessoas fazem menção a ele querem dizer: sensibilizar para o ambiente; transmitir conhecimentos; ensinar comportamentos adequados à preservação desconsiderando as características socioeconômicas e culturais do grupo com o qual se trabalha. Em resumo, dar ou levar consciência a quem não tem. (LOUREIRO, 2007 p. 69)

Desta forma, um posicionamento pelo viés da Educação Ambiental Crítica requer dos sujeitos educandos refletir sobre o ato educativo em múltiplas perspectivas, incluindo os conceitos e crenças há muito tidas como fundamentais e consolidadas, inclusive por documentos de referência, no currículo escolar e em práticas pedagógicas tradicionais. Exercer a Educação Ambiental Crítica é assumir um posicionamento investigativo e questionador para com as verdades tanto ambientais quando sociais, econômicas, biológicas, dentre outras. No que se refere à conscientização para com as questões Ambientais, Loureiro considera:

Assim, a questão não é somente conhecer para se ter consciência de algo, mas conhecer inserido no mundo para que se tenha consciência crítica do conjunto de relações que condicionam certas práticas

culturais e, nesse movimento, superarmo-nos e às próprias condições inicialmente configuradas. (LOUREIRO, 2007, p. 69)

Buscando compreender o ponto de vista da professora Luana sobre a Educação Ambiental nos primeiros anos da Educação Infantil, perguntamos para a professora sobre sua percepção a respeito da temática. Sobre isto, ela responde:

Esse tema é de suma importância e deve ser desenvolvido desde a creche com as crianças. Desenvolver a consciência ambiental desde cedo e envolver toda a comunidade escolar, trabalhar o ambiente de maneira contínua e interdisciplinar, inserindo nas rotinas diárias, proporcionar momentos de contato com a natureza.

Mais uma vez os conceitos de despertar para a conscientização, envolvimento da comunidade e trabalho contínuo, ao invés de fragmentado, são manifestados, assim como nos relatos das outras professoras entrevistadas. No entanto, a professora Luana é a única a mencionar e relacionar o conceito de “interdisciplinaridade” junto a Educação Ambiental. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN – Temas Transversais, a Interdisciplinaridade aparece e caminha ao lado do conceito de Transversalidade, ao mesmo tempo que possuem ambas suas próprias características.

Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática. (BRASIL, 1998, p.31)

A interdisciplinaridade se apresenta assim, como uma alternativa a segmentação do conhecimento muito presente nas falas das professoras quando a temática Meio Ambiente precisa ser desenvolvida. Deste modo, com a interdisciplinaridade, alguns obstáculos podem ser vencidos e, assim, contribuir com um ensino mais atento às necessidades sociais e de fato, com uma educação transformadora da realidade. A esse respeito, Mônica N. Barcelos argumenta que:

A articulação de conteúdos disciplinares com outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, as ciências humanas e da natureza, no qual a Educação Ambiental totalizante pode e deve ser incorporada, possibilita o desenvolvimento de ações pedagógicas que busquem enfrentar causas mais profundas, como a crise ambiental vivenciada local e globalmente pelos educandos e pelas educandas. (BARCELOS, 2015, p. 51)

4.7. Desafios

Todas as professoras relatam desafios em sua prática docente, no que se refere à Educação Ambiental na Educação Infantil.

Em determinado momento do relato, a professora Maria diz:

Nós não temos, como que eu vou te explicar, uma disciplina ou um professor, profissional direcionado pra trabalhar educação ambiental, né? É um tema que nós trabalhamos o ano todo, né? No dia a dia.

E continua:

Mas isso a própria professora.

Nós mesmo, professoras da escola.

Por este trecho demonstra que a prática da educação ambiental acontece em diversos momentos durante o ano letivo, possibilitando que a temática meio ambiente adentre conteúdos e perpassa disciplinas. Como pontuado anteriormente, Meio Ambiente é um dos Temas Transversais presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais. O Ministério da Educação define os Temas Transversais como sendo aqueles que “Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano” (BRASIL, 1998, p. 26).

De fato, os temas transversais devem ser relacionados aos conteúdos curriculares, de modo que sejam atravessados e, portanto, ministrados pelas professoras e pelos professores. Como aponta o relato da professora, é papel do professor realizar o trabalho com a temática meio ambiente. Na mesma direção, nos PCN se prevê que “Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais” (BRASIL, 1997, p.193), permitindo assim que, dentro das possibilidades da prática docente, o professor flexibilize e faça adequações à sua prática sempre que possível.

O contexto de pandemia, uma adversidade social em diferentes âmbitos no Brasil de 2020/2021 se apresenta como um desafio que deve ser superado mediante a inovação e a adequação de sua prática.

Agora né, em período de pandemia inovar e nos adequar a novas experiências como ensino remoto.

Podemos refletir de que maneira a tecnologia pode contribuir na mediação da Educação Infantil. As experiências no contexto de pandemia, no entanto, têm demonstrado que nos primeiros anos de socialização e no processo educativo, o uso de tecnologia não tem sido proveitoso. Deste modo, o ensino remoto tem se mostrado um desafio de forma ampla, e assim no que refere a Educação Ambiental também.

A professora Sara, quando questionada sobre os desafios na Educação Ambiental, destaca:

Falta de espaço, investimento de políticas públicas.

De forma direta e objetiva, a professora destaca questões que são bem pertinentes, tanto na Educação Infantil quanto em outros aspectos da Educação brasileira, de forma geral. Em consonância com o relato da professora, no que se refere às políticas públicas, à Educação Ambiental e seus desafios, Loureiro também descreve que um desafio

a ser mencionado é a necessidade de atuação efetiva dos educadores ambientais nos espaços públicos que foram conquistados com o processo de democratização do Estado brasileiro (conselhos, comitês, fóruns, agendas, polos, núcleos etc). Isso fortalece o esforço de construção de um sistema de educação ambiental no país e a capacidade de interferência nas políticas públicas, em geral, e nas políticas de educação, especificamente. (LOUREIRO, 2007, p. 70)

A professora Luana, quando questionada sobre os desafios no processo educativo relacionados à Educação Ambiental, a partir de uma perspectiva própria, responde:

Um dos desafios é começar a elaborar propostas práticas para a evolução e compreensão dos temas, para envolver toda a comunidade escolar.

Já com relação às dificuldades, a professora Luana diz não as encontrar, mas pontua outro desafio:

Não encontro dificuldades, mas há um grande desafio que é unir a teoria à prática, que ainda não existe na sua totalidade essa consciência ambiental.

Este impasse de alinhamento entre teoria e prática é outro assunto muito recorrente nas falas provenientes da educação brasileira, e na Educação Infantil não é diferente.

Como inserir a temática no cotidiano, além de associar teoria e prática são desafios ainda frequentes na docência de forma geral e não somente no âmbito da Educação Ambiental. Pensar a formação, inclusive de professores, junto às demandas

sociais e que de fato esteja a serviço da transformação da sociedade, de forma integral, ainda são obstáculos a serem superados. Com relação a esta questão, Carvalho pontua:

Uma delas é que a formação de professores comporta uma dimensão que transcende os objetivos programáticos dos cursos e metodologias de formação. Desta forma, quaisquer que sejam estes programas e metodologias, eles devem dialogar com o mundo da vida dos(as) professores(as), suas experiências, seus projetos de vida, suas condições de existência, suas expectativas sociais, sob pena de serem recebidos como mais uma tarefa entre tantas que tornam o cotidiano do professor um sem-fim de compromissos. (CARVALHO, 2005, p.60)

Como podemos constatar, as professoras descrevem desafios no trabalho com a Educação Ambiental de forma abrangente, sendo os mais comuns a falta de associação entre teoria e prática, falta de envolvimento da comunidade em alguns momentos, falta de estrutura física da escola, ausência de políticas públicas e, em alguns momentos, elas acreditam que poderiam ter auxílio de outros sujeitos sociais, que poderiam, por sua vez, complementar e auxiliar no ensino e experiências acerca desta temática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental Crítica se apresenta para além de um método, é um posicionamento atuante que permite aos sujeitos transcender o limite dos muros da escola.

Ao analisar a prática pedagógica das educadoras que contribuíram com nosso trabalho, observamos que elas são atentas para as questões do cotidiano escolar e que atravessam o ensino. A Educação Ambiental Crítica requer das/dos professoras/es um posicionamento crítico e reflexivo, pois o meio em que nos situamos como sujeitos é permeado por contradições sociais. Assim, a Educação Ambiental Crítica se apresenta como uma possibilidade de superação de, ao menos, parte destas dicotomias históricas.

Por meio das análises buscamos abranger diferentes aspectos apresentados pelas professoras. Às vezes coincidentes e outras vezes contraditórios, os relatos demonstram como as professoras percebem vários pontos que rondam a prática pedagógica no contexto da Educação Infantil. Sensíveis à importância da Educação Ambiental, em alguns momentos suas opiniões divergem, como em um dos relatos quando se compreende a temática como necessária dentro de uma disciplina específica e também como um Tema Transversal.

Apesar de educadores serem vistos como fundamentais no despertar para um processo educativo, de socialização, de continuidade e engajamento social da criança, Loureiro reflete que:

Contudo, nunca é demais ressaltar que a ação transformadora da educação possui limites, ou seja, não é suficiente em si realizar uma práxis educativa cidadã, participativa e revolucionária, se isso não se relacionar diretamente com outras esferas da vida. É idealismo ingênuo e simplista creditar à educação a “salvação do planeta”. (LOUREIRO, 2003, p.40)

Os desafios apontados pelas professoras são ao mesmo tempo muito similares àqueles presentes, como um todo, quando pensamos na educação brasileira: insuficiência de políticas públicas voltadas para a prática docente, divergências entre o que se concebe como teoria e prática, limitações físicas na estrutura do espaço escolar, distanciamento e divergências entre o que se espera da educação formal e os valores que de fato regem a sociedade, ausência de oportunidades de formação continuada para professoras e professores, entre outros. O diagnóstico destes desafios, mesmo que proveniente de três entrevistas, nos auxilia e apoia a pensarmos e discutirmos como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada e quais os desafios atuais que estas professoras tem enfrentado em sua prática docente.

As dificuldades encontradas, ao realizar a pesquisa, foram intensificadas devido ao contexto de pandemia COVID-19. No entanto, com o uso de dispositivos móveis e internet, as professoras foram contactadas a distância, as entrevistas puderam ser feitas e enviadas. Além disso, a Educação Ambiental, como tal, ainda é um assunto novo, sendo discutido a partir do século XX em nível global, e, no Brasil, é temática mais formalmente constituída há pouco mais de 40 anos. Conceitos como transversalidade e interdisciplinaridade são ainda mais novos em nosso país. Desta forma, por essa pesquisa esperamos ter contribuído para conhecer mais deste ambiente tão especial que é a escola, os sujeitos diretamente envolvidos, as professoras, e a Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Mônica Naves. Armadilhas Paradigmáticas na Educação Ambiental: análise em PPPs de escolas públicas do ensino médio de uma cidade do interior de Minas Gerais. **Dissertação**. Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais, 2015.

BEHREND, D. M.; COUSIN, C. da S; Galiazzi, M. do C. **Base Nacional Comum Curricular: O Que se Mostra de Referência à Educação Ambiental?**. *Ambiente & Amp; Educação*, 23(2), 74–89. Disponível em <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v23i2.8425>. Acesso em: 28 de maio de 2021

BISSACO, C. M. Educação Ambiental e infância: valores construídos no diálogo. In: BONOTTO, DMB. CARVALHO, MBSS., orgs. **Educação Ambiental e valores na escola**: buscando espaços, investindo em novos tempos [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. ePUB

BISSOLI, Michelle de Freitas. Por uma educação para-si: algumas reflexões sobre o trabalho pedagógico. **Perspectiva**, Florianópolis, v.25, n.2, p.343-368, jul/dez, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1814/1578>>. Acesso em: 10 março. 2021.

BRASIL, Congresso Nacional. **LEI Nº 9.795, DE 28 DE ABRIL DE 1999**, Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm, acesso em: 06 de março.2021.

BRASIL. **Programa nacional de educação ambiental - ProNEA** Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Volume 1 Brasília: MEC/SEF, 1998.b

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Volume 3 Brasília: MEC/SEF, 1998.c

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília DF: MEC, 2018. Disponível em:>> basenacionalcomum.mec.gov.br/. acesso em 07 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica; **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009** - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_5_09.pdf Acesso em: 29/05/2021

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf> Acesso em: 29/05/2021

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, Michéle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: pesquisas e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005

COSTA, C. A. S.; LOUREIRO, C. F. B. Interdisciplinaridade e educação ambiental crítica: questões epistemológicas a partir do materialismo histórico-dialético. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 21, n. 3, p. 693-708, 2015.

EMÍDIO, T. **Meio ambiente e paisagem**. São Paulo: Senac, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ªed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ. 1987.

GUIMARÃES, Mauro. **Os caminhos da Educação Ambiental: da forma a ação**. Campinas: Papirus, 2020

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: no consenso um debate?** Campinas: Papirus, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade. **Educar**, Curitiba, nº 24, 2004a. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewFile/2211/1854>> Acesso em: 9 março. 2021.

LOUREIRO, C.F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. *Revista de Educação Ambiental*. **Ambiente & Educação**, p.37-54. Rio Grande. 2003

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, S. S.; TAJBER, R. (Coord.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: MEC/MMA, 2007. cap. 2, p. 65-72. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>>. Acesso em: 02/05/2021.

MIGLIARI JUNIOR, A. **Crimes Ambientais**. São Paulo: Lex Editora, 2001.

PEREIRA, Claudio Alves. A Inserção da Temática Meio Ambiente nos Cursos de Licenciatura do IFMG: análise das possibilidades a partir dos Projetos Político-Pedagógicos e da visão dos Coordenadores. **Dissertação**. UFLA, LAVRAS – MG. 2017

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

TIRIBA, Léa. **Crianças da natureza**. Educação Ambiental para sociedade sustentáveis. NIMA/PUC-Rio, 2010.

ANEXO A – Roteiro semiestruturado

- 1-Nome:
- 2-Idade:
- 3-Formação/Cursos:
- 4-Desde quando está atuando na Educação Básica?
- 5-Quais experiências teve na educação pública ou privada?
- 6-Qual a sua opinião sobre a prática de Educação Ambiental na escola?
- 7-Qual a sua concepção sobre a Educação Ambiental?
- 8-Tem algum apoio nos trabalhos com foco de Educação Ambiental?
- 9-O que os documentos de referências da Educação Infantil trazem a respeito do processo educativo e dos direitos das crianças e a relação destes com contato e conhecimento acerca do meio ambiente.
- 10-E quais são os desafios no processo educativo e de socialização para a continuidade do desenvolvimento da percepção e engajamento social da criança?
- 11-Você conhece o PPP da escola? Como a Educação Ambiental é abordado nele?
- 12-Quais as dificuldades você encontra para lidar com esse tema?
- 13-Qual a sua percepção da importância de trabalhar esse tema? E não somente nas datas específicas.